

A Formulação e a Implementação da Política de Economia Solidária em um município pernambucano¹

Resumo: As políticas de economia solidária foram institucionalizadas ainda em 2003 e desde então, foram surgindo várias experiências em âmbito federativo, sobretudo, no ente municipal. Apesar de haver muitos estudos sobre esse tipo de política pública, pouco ainda se discute sobre práticas, experiências, inserção e políticas. Nesse escopo, é preciso investigar se essas iniciativas surgiram de maneira pioneira, replicadas em decorrência da experiência de outros municípios, ou em razão de uma estrutura institucional preexistente. Assim, o objetivo central deste estudo é discutir os fatores que permitiram a formulação e a implementação da economia solidária a partir do município do Jaboatão dos Guararapes/PE. Os principais resultados indicam que essa política não surgiu de uma promessa de campanha eleitoral ou mesmo da orientação partidária; mas, da junção da dimensão institucional e material existentes no ente federal junto à iniciativa da Câmara Municipal e do Executivo local, e que sua implementação se desenvolveu ao longo da alternância do poder local. Portanto, este estudo cumpre sua relevância teórica, prática e principalmente, documental já que evidencia uma política de grande valor para o município.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Formulação; Implementação; Municipalidade.

¹ Manoel Pedro Vieira Filho. Mestre em Administração pelo PROPAD/UFPE. Especialista em Gestão Pública pela UFRPE. Servidor público na Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes.

1. Introdução

A economia solidária, sob a ótica histórica, tem sua origem como modelo alternativo ao modo de produção e distribuição capitalista (Silva & Zanini, 2014). Isso se justifica pelo fato de que desde o século 19, camponeses e operários tentavam responder aos efeitos da Revolução Industrial. Por sua vez, esse contexto também repercutiu na América Latina, já que eclodiu a partir da economia popular mediante iniciativas dos próprios trabalhadores (Alves, Flaviano, Klein, Löbler, & Pereira, 2016).

No Brasil, esse tipo de economia teve início na década de 1980 e se fortaleceu a partir dos anos 1990, e só em 2003 é que a economia solidária ganhou contornos de política pública nacional (Cassandre, Senger, Amaral, & Neta, 2013). Assim, foram surgindo várias experiências de economia solidária pelo país, principalmente no nível das prefeituras municipais (França, 2007).

Com esse cenário, é interessante investigar os processos de formação dessas políticas em bases locais; sobretudo, quando ainda existem lacunas de estudo na área de Economia Solidária: entre os anos de 2001 a 2013, pesquisas sobre práticas, experiências, inserção e políticas aparecem em menor grau (Alves *et al.*, 2016). Com isso, tais iniciativas possivelmente podem ter surgido de maneira pioneira, replicadas de outros municípios, ou ainda em decorrência de uma estrutura institucional preexistente.

Com o fito de verificar essa premissas, escolheu-se o município do Jaboatão dos Guararapes, localizado no estado de Pernambuco. A escolha desta municipalidade, justifica-se porque a mesma tem tido destaque no âmbito local e nacional, e pela existência de diversas iniciativas de fomento à Economia Solidária. Sendo assim, a relevância deste trabalho consiste em contribuir na ampliação dos estudos que tenham como fio condutor o processo de inserção das políticas públicas de economia solidária em bases locais, e na subsistência aos gestores públicos municipais para que esses possam aperfeiçoar os processos de formulação e implementação das políticas e programas de incentivo a esse tipo de economia.

A partir da explanação estabelecida, o artigo apresenta o seguinte problema de pesquisa: **como ocorreram a formulação e a implementação da política de economia solidária no município do Jaboatão dos Guararapes?**

Para tanto, são descritas e analisadas a trajetória das políticas públicas de economia solidária em dois níveis federativos, isto é, na União, e no município já indicado. Sendo assim, tais objetivos são operacionalizados a partir do modelo de ciclo de política pública proposto por Frey (2000), haja vista que há indícios de uma continuidade das políticas públicas de fomento à economia solidária nesse município.

2. Fundamentação teórica

No dia a dia, presenciamos a inauguração de uma escola pública, de um posto de atendimento médico numa comunidade, ou ainda, podemos ler no jornal o anúncio de um programa de geração de renda oferecido pela Prefeitura de um município, entre outras situações. Todos esses exemplos tornam relevante o papel das políticas públicas no âmbito da sociedade.

Mas, para essa relevância ocorrer é necessário compreender que tais ações são justificadas por problemas públicos decorrentes do dia a dia da população. Em vista disso, Agum, Riscado e Menezes (2015) apresentam a política pública como um plano para o enfrentamento de determinado problema público. Assim, essa definição é propícia ao entendimento da economia solidária enquanto política pública, pois França (2007) a compreende como uma estratégia de ação pública construída para resolver problemas públicos vivenciados coletivamente num determinado contexto social.

Por sua vez, essa estratégia é resultado de convergências e divergências de interesses e valores entre diversos atores, como esclarece Rua (2009). Para Secchi (2016) esses participantes da política pública podem ser qualificados da seguinte forma: atores governamentais, tais como políticos, comissionados, burocratas e juízes; e atores não governamentais os quais podem ser grupos de interesse, partidos políticos, meios de comunicação, usuários das políticas públicas, ONGs e entre outros.

A identificação desses tipos de atores no âmbito das políticas de economia solidária é fundamental porque no âmbito municipal existem redes e fóruns que envolvem a participação de múltiplos atores, tais como: igrejas, ONGs, sindicatos, universidades e órgãos públicos, e também as conferências e os conselhos (Silva & Zanini, 2014; Cassandre *et al.*, 2013). Com isso, tem-se uma perspectiva multicêntrica de produção de políticas públicas (Agum *et al.*, 2015).

Devido a essa complexidade do fazer política pública, é importante ter uma arquitetura que evidencie a produção da *policy*. Nesse sentido, Frey (2000) apresenta três dimensões: a institucional, a processual e a material.

A primeira é constituída pelo ordenamento jurídico, político e burocrático. De uma forma geral, essa dimensão abrange os elementos que compõem esses sistemas, como por exemplo, leis, órgãos públicos, corpo burocrático, entre outros componentes. A dimensão processual, é definida pelo próprio processo político o qual é caracterizado como conflituoso, pois envolve decisões, pressões e disputas políticas. Já a última dimensão representa o conteúdo da própria política pública, isto é, o programa, a ação ou o projeto, e isso inclui os seus problemas de ordem técnica (Frey, 2000).

Em relação ao aspecto institucional, Alcântara (2014) destaca a criação de novas institucionalidades, isto é, instituições voltadas para a gestão das políticas de economia solidária sob o comando de um ou vários órgãos, e cujo empenho pode colaborar ou não com o sucesso da implementação de uma dada política pública. Além disso, no que se refere a inserção de atores nas dimensões institucional e processual, Praxedes (2009) pontua que a formação de políticas públicas de economia solidária advém de articulações em diversos níveis institucionais e fluxos de forças políticas, principalmente, entre os movimentos sociais e os poderes executivo e legislativo.

Entretanto, essas dimensões por si só, não explicam a constituição de uma política pública; por isso, a importância de se compreender o ciclo de políticas públicas, isto é, a *policy cycle* cuja finalidade é sistematizar fases sequenciais e interdependentes no processo de formulação e implementação de políticas públicas (Secchi, 2016). Não obstante, é preciso frisar que, para Dias e Matos (2012), as fases de um determinado modelo de *policy cycle* não podem ser compreendidas linearmente nem há conformidade sobre o número de estágios.

Em vista disso, o modelo elaborado por Frey (2000) é composto por cinco fases:

percepção e definição de problemas, agenda-*setting*, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e por fim, avaliação de políticas e correção da ação.

Na fase de percepção e definição de problemas, busca-se identificá-los, verificar se são realmente públicos e, por fim, focalizar sua relevância. Para tanto, examina-se como se dá a emergência de um determinado problema público ou demanda da sociedade, que podem ser oriundos de grupos sociais, políticos ou de iniciativa da administração pública, e também da mídia, com seus diferentes formatos de comunicação (Frey, 2000). Além desse caminho, a delimitação de um problema pode ser realizada por outros meios; o que torna essa fase variável. Com isso, os principais recursos que a auxiliam são: indicadores, eventos-foco (crises e desastres), e também o *feedback* de políticas ou programas já existentes (Kingdon, 2006).

Na etapa seguinte, a agenda-*setting*, também denominada de formação de agenda, observa-se a inserção de um tema perante a agenda social e governamental, a sua relevância de ação em termos de custos e benefícios, e também a sua exclusão, ou seja, a ênfase nesse processo deriva da manutenção ou superação de determinado problema na arena política (Frey, 2000). Complementa-se esse argumento com o fato de que essa manutenção ou exclusão constitui-se em um processo complexo e envolve diversos aspectos, tais como a participação de atores e principalmente, como estes lidam com a questão política posto que “eventos políticos fluem de acordo com dinâmica e regras próprias” (Kingdon, 2006, p. 229). Assim, é importante frisar que o processo de formulação de uma agenda não representa a visão de apenas um grupo, mas de vários, ou seja, na perspectiva de Secchi (2016), há múltiplas agendas decorrentes da abordagem multicêntrica, tais como as agendas política, formal, da mídia, entre outros.

No que compete às políticas de economia solidária, Alcântara (2014) traz outros elementos que permitem identificar a formação de uma agenda, tais como: promessas de campanha, programas de governo, mobilização popular ou mesmo da orientação ideológica de um partido. Desta forma, tais elementos complementam e exemplificam os fatores já elencados por Frey (2000) e Kingdon (2006).

Com efeito, a culminação desses processos típicos da agenda resultam, por exemplo, em programas de governo, planos orçamentários e outros documentos que espelham o que pode ser considerado relevante para determinado governo (Secchi, 2016). Da mesma forma, esse resultado é denominado de elaboração de programas e decisões, no qual “é preciso escolher a mais apropriada entre as várias alternativas de ação” (Frey, 2000, p. 227). Percebe-se, portanto, que essa etapa pode revelar conflitos de interesses haja vista que, ao final do processo serão excluídas muitas opções de ação e evidenciadas as preferências por determinada(s) alternativa(s), para que assim se estabeleça os objetivos da política e, principalmente, os correlatos aspectos jurídicos, administrativos e financeiros (Dias; Matos, 2012).

A definição dos aspectos jurídico-administrativos e financeiros de uma política pública são vitais para a implementação, tendo em vista “que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações” (O’Toole, 2003 como citado em Secchi, 2016, p. 55). Em outras palavras, significa transformar aquilo que foi definido no conteúdo do programa em iniciativas concretas, com vistas a gerar resultados.

Ainda no escopo da implementação, a transformação de intenções em ações requer a mobilização de recursos (material, financeiro e pessoal - corpo burocrático) e a utilização de instrumentos (ferramentas) de política pública.

No aspecto financeiro, Anze *et al.*, (2018) esclarecem que os recursos são alocados pelo legislativo e implementados pelo executivo, e que é pertinente observar as transferências governamentais, mediante convênios, entre a União e os demais entes federativos para a implementação das políticas de economia solidária.

Com as adaptações necessárias e os resultados obtidos, chega-se ao ciclo de avaliação e correção da ação. Em Frey (2000), essa fase é voltada aos objetivos alcançados e consequentemente, aos efeitos tanto positivos quanto negativos ocorridos na execução da política pública. Com isso, permite-se a difusão de novas ideias e ajustes contínuos das ações políticas, ou seja, o ciclo da política pública pode se encerrar ou mesmo reiniciar, o que pode ser viabilizado também pela alternância de grupos no poder, visto que podem garantir ou não a continuidade das políticas públicas, como esclarecem Anze *et al.*, (2018).

Portanto, com a discussão estabelecida nesta seção, espera-se identificar os fatores, os atores e os demais elementos que possivelmente colaboraram com o estabelecimento das políticas públicas de economia solidária em âmbito local. Sendo assim, a partir de todos esses elementos discutidos, espera-se operacionalizar a relação entre as dimensões e o ciclo da política pública no contexto da política escolhida. Com isso, a próxima seção apresenta o percurso metodológico empreendido na elaboração deste estudo.

3. Método de pesquisa

O presente estudo seguiu a abordagem qualitativa básica cujo propósito é “descobrir e compreender um fenômeno, um processo, ou a perspectiva de visão de mundo das pessoas envolvidas” (Godói & Balsini, 2004, p. 10).

Na pesquisa de campo, a qual remete a um recorte espacial referente ao objeto da investigação (Minayo, 2009), foram escolhidos locais em que as políticas de economia solidária são ou foram gerenciadas em âmbito federal e municipal. Assim, iniciou-se com a visita à Secretaria Executiva de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo (SETQE) da Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes no dia 12 de novembro de 2019; mas, não foi possível ir a campo na unidade regional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Recife, devido a agenda do respondente desta unidade; contudo, esse informante realizou posteriormente a entrevista.

Os entrevistados foram escolhidos conforme os seguintes critérios: terem participado da construção das políticas de economia solidária, ou ainda estarem atuando ou atuado na gestão dessas políticas públicas. Os roteiros das entrevistas seguiram a linha qualitativa composta por “questões não estruturadas e em geral abertas” (Creswell, 2010, p. 214). Assim, a entrevista com o representante municipal ocorreu na mesma data da visita à SETQE, e para o respondente da União, ocorreu mediante aplicativo *WhatsApp* entre os dias 6 e 13 de novembro de 2019.

Quanto ao gênero dos respondentes, identificou-se: uma mulher e um homem, e seus nomes foram preservados e substituídos por letras para identificá-los. Com isso, na esfera municipal tem-se o gestor (A) que ocupa o cargo de Gerente Geral da SETQE, e o gestor (B) da União que é servidor público do MTE e já chefiou a Seção de Economia Solidária na unidade do Recife. Em suma, o total de gravação dessas entrevistas foi de 1h:02m:44s que posteriormente foram transformadas em arquivos de MP3 e transcritas pelo site (<https://otranscribe.com/>).

Para fins de análise dos dados colhidos, foi aplicada a Análise de Conteúdo (AC), cujo

propósito consiste em investigar fenômenos simbólicos mediante a análise de mensagens (Gonçalves, 2016). Devido às características presentes na construção deste artigo, optou-se pelo viés qualitativo da AC, o qual é voltado para a interpretação subjetiva dos conteúdos coletados por meio do processo de identificação de temas que fluem da literatura, das conversações, dos eventos analisados e da visão do pesquisador (Rossi, Serralvo, & João, 2014). Assim, por meio das categorias constitutivas foi realizada “uma análise comparativa por meio da justaposição das diversas categorias” (Schiavini & Garrido, 2018, p. 5).

4. Discussão dos resultados

4.1 A política de economia solidária no âmbito federal

No pleito presidencial de 2002, esse tipo de economia já constava como promessa de campanha (Singer, 2009) trazida pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No programa de campanha desse partido, a Economia Solidária era mencionada como eixo do Desenvolvimento, como mobilização para Produção e Emprego, e também atrelada à Reforma Agrária (Programa de Governo, 2002). Por fim, após esse pleito vencido pelo PT, iniciou-se o estabelecimento dos primeiros aspectos legais, burocráticos e políticos que contribuíram para a futura consolidação da economia solidária em âmbito federal, como expõe a Tabela 1.

Tabela 1. Dimensão Institucional Federal - Legal, Político, Burocrático da política de economia solidária brasileira.

Dimensão	Aspecto
Institucional	1) Legal Lei nº 10.683/03 - institui o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES); Decreto nº 5.811/06 - regulamenta o CNES.
	2) Político Congresso Nacional: Frente Parlamentar de Economia Solidária; Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária
	3) Burocrático Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Nota. Adaptado de “Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego”, P. Singer, *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, n (39), 43-48, 2009; “O Conselho Nacional de Economia Solidária na Visão de seus Conselheiros”, *Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada [IPEA]*, 2012.

Com base nas dimensões das políticas públicas, ressalta-se que a inserção da SENAES no MTE veio acompanhada por aspectos processuais da política. Esse fato decorre consoante Singer (2009) do próprio movimento social em prol da economia solidária, como também do Congresso Nacional e das redes incubidas pela discussão da Economia Solidária, como o FBES e a Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. Em complemento, a criação da Secretaria confere um outro “status” à política de economia solidária, pois a vincula à política de trabalho tendo em vista o reconhecimento do Ministério às formas de trabalho desenvolvidas no âmbito dessa economia (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada [IPEA], 2012).

É sob a gestão dessa secretaria especial, que deu-se início à dimensão material das políticas de economia solidária, como ilustra a Tabela 2.

Tabela 2. Dimensão Material - programas e políticas públicas geridas pela SENAES.

1. Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD);
2. Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (DRTSES).

Nota. Adaptado de “Crise de Paradigma”? A Política Nacional de Economia Solidária no PPA 2016-2019”, S. P. Silva, *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, n (64), 163-172, 2018; “Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego”, P. Singer, *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, n (39), 43-48, 2009.

Com base na Tabela 2, identifica-se a partir de Frey (2000) a etapa de elaboração de programas e decisões. O programa (1) durou entre os planos plurianuais dos anos de 2004 à 2007 e de 2008 à 2011, e o programa (2) veio para assumir o PESD a partir do plano plurianual de 2012 já que o primeiro havia sido extinto. Essa substituição ocorreu devido à mudanças de natureza técnica, como diminuição de programas e a desvinculação desses por unidade orçamentária, o que conferiu maior transversalidade e intersectorialidade (Silva, 2018). Por fim, essa análise empreendida por esse autor nos planos plurianuais identifica um aspecto decisório que levou a uma mudança técnica nessa fase da política pública.

No que tange a dimensão material, identificou-se também a implementação da política pública, a qual abrange “regras, rotinas e processos sociais” (O’Toole, 2003 como citado em Secchi, 2016, p. 55). Em primeiro lugar, nessa etapa a responsabilidade é da SENAES, ou seja, tem-se o acionamento de um elemento burocrático da dimensão institucional. Em segundo lugar, para que essa fase seja efetivada, tem-se como “regra” o uso de transferências de recursos a estados e municípios, universidades e organizações da sociedade civil mediante convênios, termos de parceria, termos de fomento e de colaboração (Ministério do Trabalho e Emprego [MTE], 2016).

Com essas evidências, percebe-se que a política pública de economia solidária funciona por meio de recursos orçamentários transferidos do governo federal para outros entes sub-federativos e entidades da sociedade civil, ou seja, a execução da política é transferida para contextos sub-nacionais. Assim, tal constatação confirma a explicação de Alcântara (2014) sobre a implementação dessa política.

Além do aspecto orçamentário presente na implementação dessa política pública, a SENAES também realizava o acompanhamento local dessas políticas mediante unidades descentralizadas. Para isso ocorrer, foi necessário criar Seções ou Núcleos de Economia Solidária, por meio da Portaria GM/MTb nº 1151, de 30 de outubro de 2017, que funcionassem junto às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTs) (Anze *et al.*, 2018). Esses núcleos, por sua vez, representam uma mudança institucional no nível burocrático e trazem também uma função que referencia a etapa de avaliação e correção da ação, conforme Frey (2000). Também cabe mencionar que essa nova institucionalidade foi estabelecida após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, ou seja, no governo de Michel Temer, já que a portaria e a implementação dessa mudança se iniciaram após 2016.

O que se observa com a discussão estabelecida até o momento, mostra que no contexto federal a política de economia solidária foi inserida enquanto agenda, estruturada e implementada ao longo de governos de esquerda. Mas, também foi possível evidenciar mudanças institucionais de ordem administrativa que ainda garantiram a sua continuidade.

Além disso, a própria literatura deste artigo aponta que mudanças de grupos políticos, isto é, a alternância no poder pode trazer outras transformações na política pública em questão, e é o que se notou com a emergência do governo do presidente Jair Bolsonaro. Nesse aspecto, Pinho (2019) argumenta que as políticas de economia solidária estão passando por modificações que dizem respeito à dimensão institucional, como por exemplo, no funcionamento do Ministério do Trabalho, que passou a ser uma Secretaria subordinada ao Ministério da Economia.

Cabe mencionar também a aprovação pelo Senado Federal brasileiro do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137/2017, de autoria do Deputado Federal Paulo Teixeira, do PT de São Paulo. Esse projeto visa estabelecer a Política Nacional de Economia Solidária (PNES), o Sistema Nacional de Economia Solidária e a regulamentação dos empreendimentos solidários. Atualmente, esse PL foi remetido para a Câmara dos Deputados para ser discutido e possivelmente, sancionado pelo Executivo Federal (PLC nº 137, 2017; Agência senado, 2019).

4.2 A política de economia solidária no âmbito municipal

No estudo de Dias (2016) aponta os seguintes fatores pelos quais permitiram que esse setor fosse inserido na agenda governamental em Pernambuco: sinergia entre os governos federal e estadual, realização de fóruns, criação de um conselho estadual para essa área e entre outras medidas. Desta forma, com a estruturação das políticas públicas de economia solidária em nível federal, a municipalidade do Jaboatão dos Guararapes começou a se organizar nessa área, como mostra a respondente A:

Alguns projetos na época já tinham recursos vindo. Foi quando começou a construir literalmente a política, porque vinham recursos para o fomento da economia solidária, mas sem estruturar de fato a política pública em Jaboatão. Em 2011, foi promulgada a lei nº 711, que detalhou o que era a economia solidária e de que forma poderia ser trabalhada. Essa lei, na verdade, foi salvo engano, de autoria de um vereador, e é claro com a chancela do Prefeito da época. Mas, foi de autoria de um vereador, partiu da

Câmara [...]. A lei foi o marco da construção da política. Então, foi debatida a temática da lei e o que seria colocado nela (Gestor A, 12.11.2019).

Por haver uma estrutura federativa para esse tipo de política pública, principalmente no âmbito federal, pode-se considerar que esse fato é um dos fatores iniciais para a sua estruturação no município, pois já havia recursos financeiros para fomentá-la. Mas, é preciso considerar outros elementos nesse processo os quais estão relacionados à dimensão processual.

4.2.1 Dimensão Processual

A partir do que a gestora A discorreu, nota-se que estes elementos são: apresentação de um projeto de lei específico para o setor por parte de um legislador (vereador), a discussão dessa matéria na Câmara de Vereadores do município e posteriormente, a promulgação da lei pelo executivo municipal. Posteriormente, a respondente informou que esse vereador se chama Edmilson Monteiro, e que na época era filiado ao Partido Verde (PV) (Fonte, 2019; Portal uol, 2012).

Arelados a esses aspectos, é importante considerar outros fatores que atuaram na concepção da política pública, tais como: promessas de campanha, programas de governo, mobilização popular ou mesmo orientação ideológica do partido (Alcântara, 2014). Nesse sentido, a Tabela 3 delimita-se a identificar a economia solidária nas promessas de campanha dos principais candidatos nas eleições municipais de 2008, 2012 e 2016.

Tabela 3. Economia Solidária nas propostas de governo municipal de Jaboatão dos Guararapes.

Eleição	Candidato/Partido Principal	Condição Eleitoral	Proposta de Governo	Economia Solidária
2008	Elias Gomes /PSDB	Eleito	-	-
2012	Elias Gomes /PSDB	Reeleito	Consolidando a Mudança em Jaboatão dos Guararapes - O Resgate da Cidadania	Não
2016	Heraldo Selva /PSB	Não eleito	Frente Jaboatão Avança Mais	Sim
	Anderson Ferreira /PR	Eleito	Coligação Muda Jaboatão	Não

Fonte: Adaptado de “Consolidando a Mudança em Jaboatão dos Guararapes - O Resgate da Cidadania”, 2012; “Frente Jaboatão Avança Mais”, 2016; “Coligação Muda Jaboatão”, 2016. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Recuperado em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>.

Da Tabela 3, não foi possível localizar o arquivo relacionado ao pleito eleitoral de 2008 na base de dados indicada. Por outro lado, em 2012, na disputa pela reeleição o programa do candidato Elias Gomes não menciona expressamente o termo “economia solidária”, possivelmente porque a política pública ainda estava em processo de formação, visto que a lei municipal foi aprovada em 16 dezembro de 2011 (Lei n. 711, 2011), ou seja, ainda na gestão do candidato à reeleição.

Contudo, os termos indicados nessa proposta de governo, tais como: “Prestar a devida assistência social às famílias em situação de pobreza extrema”, “Criação de ambiente favorável aos negócios” e “Apoio à inclusão da mão de obra local no mercado de trabalho” (Programa de governo: consolidando a mudança em jaboatão dos guararapes - o resgate da cidadania, 2012: 02 e 03) sugerem implicitamente estar em curso uma política que contemple a economia solidária.

Já no pleito eleitoral de 2016, o candidato da situação, isto é, o que daria continuidade ao governo anterior, Heraldo Selva, indica na sua proposta a expressão “economia solidária” e cita a implantação do Centro de Orientação Permanente à Economia Solidária (Diretrizes para o programa de governo: frente jaboatão avança mais, 2016). Dito isso, é pertinente observar um dos resultados da implementação da política pública e a ideia de institucionalidade apresentada neste programa eleitoral.

Mas, a proposta do candidato da oposição, Anderson Ferreira, o qual foi eleito, não indica expressamente o termo “economia solidária”. Porém, isso não significa que esse tipo de economia não se fez presente na agenda governamental da municipalidade, visto que para os autores Alcântara (2014) e Anze *et al.* (2018) a alternância de grupos no poder pode garantir ou não a continuidade das políticas públicas. Sobre esse aspecto, o presente artigo pretende discutir mais a frente essa parte na dimensão material da política pública.

Logo, os dados constantes na Tabela 3 indicam que a política pública em questão inicia na esfera da Câmara de Vereadores e segue espectro partidário distinto. Sendo assim, isso de certa forma já mostra diferenças quanto à formação da política pública no âmbito federal.

Como a lei da política municipal de economia solidária é o ponto de partida para estruturar a política pública, faz-se necessário discutir os seus desdobramentos do ponto de vista das outras dimensões que uma política pública apresenta. Com isso, discute-se a dimensão institucional.

4.2.2 Dimensão Institucional

Nessa dimensão, a pesquisa identificou a criação do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária (CMEPS), como destaca a gestora A:

E ela [a Secretaria de Trabalho] abraçou essa política da Economia Solidária e foi construindo junto com o movimento. A própria lei já criava o Conselho de Economia Solidária, que está em funcionamento com novos membros que tomaram posse, [...] (Gestor A, 12.11.2019).

Constata-se a partir dessa exposição que a Lei nº 711/2011 estabeleceu esse conselho. Como aponta Praxedes (2009) os conselhos têm a função de promover articulações em diversos níveis institucionais e fluxos de forças políticas, principalmente, entre os movimentos sociais e o poder executivo. Nesse caso, essa estrutura institucional do município confirma essa finalidade posto que é composta paritariamente pelo poder público municipal e representantes da sociedade civil atreladas à Economia Solidária. Além disso, o CMEPS acompanha e avalia não só a gestão dos recursos, mas também os próprios programas ligados à política pública de economia solidária (Lei n. 711, 2011). Portanto, é pertinente observar que tais atribuições remontam à fase de avaliação e correção da ação, como já foi mencionado por Frey (2000).

Além do CMEPS, é necessário destacar os fóruns e a realização de plenárias que foram de fundamental importância na ampliação do trabalho junto à Prefeitura com essa temática. Nesse sentido, a pesquisa verificou a existência do Fórum de Economia Popular Solidária na municipalidade (FEPS/Jaboatão) o qual foi instituído em novembro de 2011 (Jaboatão dos Guararapes, 2017). Cabe ressaltar que diferentemente do CMEPS, o FEPS/Jaboatão não foi instituído pela lei da política pública em questão, ou seja, foi estabelecido a partir do movimento social que atua com a temática da economia solidária. Com isso, a Tabela 4 apresenta os seguintes aspectos desse fórum:

Tabela 4. Definição, finalidade e composição do FEPS/Jaboatão.

Definição: espaço de deliberação, controle social de políticas públicas, representação, interlocução, articulação, discussão, proposição, troca de saberes, promoção, divulgação, informação, formação, fomento e apoio técnico para o desenvolvimento da economia solidária no município
Finalidade: articular o movimento ecosol, difundindo o seu conceito e a sua prática, contribuindo para inclusão social, para a prática da cidadania ativa e a construção de um modelo de produção, serviços e saberes economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo
Composição: colegiado de 28 pessoas, o qual é composto por três Coordenações Territoriais, com quatro membros cada, e uma Coordenação Municipal, com 16 membros, sendo composta por empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos.
Fonte: Adaptado do site da Prefeitura Municipal do Jaboaatão dos Guararapes. Recuperado em https://jaboatao.pe.gov.br/plenarias-marcam-inicio-do-processo-de-renovacao-da-coordenacao-do-forum-de-economia-solidaria-do-jaboatao/ .

Assim, tanto o CMEPS e o FEPS são instrumentos que de certa maneira realizam a dimensão processual da política em questão, e reafirmam o que Silva & Zanini (2014) e Cassandre *et al.* (2013) discutem sobre a importância desses meios para a elaboração da política pública. Nesse aspecto, cabe destacar os principais trabalhos realizados por essas

institucionalidades: em 2014, houve um trabalho conjunto entre ambas para a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária; atividades de planejamento ocorridas em 2015, em que foram definidas prioridades para os cinco pilares que sustentam o FEPS/Jaboatão - Conhecimento; Finanças Solidárias; Produção e Comercialização e Consumo; Comunicação e Visibilidade; Sustentabilidade Social e Ambiental -, e o diagnóstico da Política de Economia Solidária desenvolvida no município cuja finalidade foi analisar os avanços, limites e desafios. (EcosolJaboatão, 2014; 2015).

Em termos do ordenamento burocrático da dimensão institucional, a responsabilidade pela gestão da política pública de economia solidária, como indica a Tabela 5, é da Secretaria Executiva do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo (SETQE) a qual está vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade (Secretaria Executiva de Trabalho, Qualificação e Emprego [SETQE], s/d).

Tabela 5. Competências da SETQE relacionadas à Economia Solidária.

-
- a) Executar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, contemplando as ações de qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra, seguro desemprego, empreendedorismo e economia solidária;
 - b) implementar as políticas públicas de empreendedorismo e economia popular e solidária, fomentando atividades que cooperem com a ampliação dos trabalhos executados por cooperativas, associações comunitárias e outros sistemas associativos, contribuindo para o desenvolvimento econômico com bases equitativas e sustentáveis.
-

Fonte: Adaptado do site do Portal da Transparência do Município do Jaboaão dos Guararapes. Recuperado em <https://portaldatransparencia.jaboatao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/competências-das-secretarias.pdf>.

Além disso, inserida na SETQE existe uma unidade de gestão responsável pelas políticas de economia solidária no município, como é mencionado pela gestora “Antes, quando eu cheguei em 2011, no ano exatamente da lei, eu não estava nessa área; mas, aí, tinha toda uma coordenação que cuidava disso” (Fonte, 2019). Essa unidade se denomina Coordenação de Economia Solidária e possui algumas finalidades: apoiar a organização de empreendimentos econômicos solidários; atuar na difusão do artesanato local; promover a qualificação de artesãos; e apoiar o cooperativismo popular (Diário de pernambuco, 2019). Sendo assim, conforme Alcântara (2014), nota-se o estabelecimento de órgãos administrativos capazes de gerir, isto é, implementar a política pública de economia solidária.

Nesse caso, passa-se a discutir a dimensão material da política pública em questão e alguns aspectos relacionados à implementação.

4.2.3 Dimensão Material

Ao analisar a lei nº 711/2011, foram identificados vários meios que remetem à fase de elaboração e implementação de políticas e programas, tais como: parcerias, projetos e outras formas previstas no campo legal, como a utilização de convênios com outros entes para que as

políticas públicas sejam colocadas em prática (Lei n. 711, 2011). Nesse último aspecto, o gestor B explica a importância desse instrumento de política pública e o papel da esfera federal nesse processo:

A Economia Solidária sempre seguiu a mesma lógica de gestão: convênios com estados e municípios e com entidades da sociedade civil. E quase sempre fiscalizados e acompanhados de maneira centralizada por Brasília. As regionais aqui faziam um trabalho mais pontual e algumas se envolviam mais, outras menos (Gestor B, 13.11.2019).

Com base nessa explicação do respondente, identifica-se que os convênios servem para implementar a política de economia solidária em estados e municípios, posto que há transferência de recursos da União para esses entes. Além disso, nota-se também o papel de monitoramento da política por parte do ente federal.

Ainda nessa dimensão, a fase de implementação de uma política é permeada de “regras, rotinas e processos sociais” (O’Toole, 2003 como citado em Secchi, 2016, p. 55). Com isso, a gestora municipal descreve essa dinâmica:

Então, [veio] vários convênios. Acho que foram dois ou três focados na economia solidária. Foi quando construímos o Centro Municipal, o Centro de Orientação Permanente para a Economia Solidária, que até hoje o centro existe e [está] funcionando. Alguns equipamentos foram adquiridos: como a Kombi para auxiliar no transporte dos artesãos, foram também adquiridas umas barracas para que eles pudessem comercializar e escoar a produção. Muitas formações foram dadas, houve toda uma formação profissional [que] foi dada, está [e] continua sendo dada para todo esse movimento. (Gestor A, 12.11.2019).

Em pesquisa documental realizada na Plataforma Mais Brasil que substituiu o Portal do Sistema Aberto à Consulta Pública (SICONV), foram identificados inicialmente três convênios dos anos de 2012 à 2015 os quais foram firmados entre a municipalidade e o MTE por meio da SENAES. Com isso, nota-se que tais parcerias ocorreram após a aprovação da lei municipal da política de economia solidária. Nesse sentido, tais convênios indicam o início da implementação dessa política pública. A tabela 6 indica quais foram esses convênios.

Tabela 6. Convênios realizados na fase inicial da política pública.

Ano	Nº do Convênio/Programa	Finalidade
2012	770657.2012 (COPES)	Implantação do Centro de Orientação Permanente à Economia Solidária - COPES.

2013	784770.2013 (Jaboatão Solidário)	Organização e fortalecimento do trabalho associado a partir das experiências dos EES.
2015	823804.2015 (Jaboatão Solidário)	Prática e aperfeiçoamento em Economia Solidária, visando o fortalecimento dos EES.

Fonte: Adaptado de Convênio MTE/SENAES nº 08/2012 - SICONV nº 770657/2012, de 05 de Julho de 2012; Convênio MTE/SENAES nº 032/2013 - SICONV nº 784770/2013, de 17 de dezembro de 2013; Convênio MTPS/SENAES nº 00005/2015 - SICONV nº 823804/2015, de 30 de dezembro de 2015. Recuperado em <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>.

O primeiro convênio, denominado de Projeto COPEs tinha a finalidade de implantar o Centro de Orientação Permanente à Economia Solidária (COPEs); o segundo e o terceiro, de mesmo nome: Projeto Jaboatão Solidário, tinham o propósito de organizar e fortalecer o trabalho associado e aperfeiçoar a prática em economia solidária dos empreendimentos solidários (Projeto Copes, 2012; Projeto Jaboatão Solidário, 2013; 2015).

O COPEs constitui uma estrutura administrativa destinada ao apoio dos empreendimentos e às atividades do FEPS de Jaboatão dos Guararapes e CMEPS (Projeto Copes, 2012). Assim, infere-se que essa estrutura faz parte da dimensão institucional dessa política na municipalidade, pois veio favorecer sua implementação.

No Programa Jaboatão Solidário, entre os anos de 2013 e 2015, foram realizadas a capacitação de Agentes Comunitários de Desenvolvimento Solidário, a realização de diagnóstico para consolidar o cadastro geral dos empreendimentos solidários existentes no município, seminários e o festival de Economia Solidária, e entre outras ações (Projeto Jaboatão Solidário, 2013; 2015). Desta forma, essas iniciativas sugerem que esses programas refletem a dimensão material e a natureza técnica da Política Municipal de Economia Solidária em Jaboatão dos Guararapes.

Ressalta-se que além dos objetivos específicos, cada um desses programas possui metas a serem alcançadas, prazos estabelecidos e principalmente, os custos previstos para a realização de cada ação. Com isso, tais elementos fornecem subsídio para que se possa fazer a avaliação e eventual correção dessa política pública (Frey, 2000).

Então, nessa parte da discussão se observou que a política municipal de economia solidária está sendo implementada de fato. Para isso acontecer, foi necessário fazer uma articulação entre a União e a municipalidade mediante convênios e a liberação de recursos. Além desses fatores pelos quais colaboraram com a consolidação da política no município, é imprescindível citar a alternância de grupos no poder, conforme Alcântara (2014). Já que isso, no caso em tela, foi um indicativo da continuidade dessa política pública em Jaboatão. Sobre esse fato, a gerente da SETQE discorre:

E aí, veio a transição da gestão, que continuou com a sensibilidade de dar continuidade às ações do movimento em conjunto. Acho que a gente tenta fazer um trabalho participativo, e aí a política continua sendo fortalecida. Então, nós tivemos recentemente dois convênios nessa gestão. Um investimento alto nessa área, [com] mais formação e mais consultoria. Estamos adquirindo três contêineres que vão ser as lojas colaborativas,

que vão ficar uma em cada território. Então, lá vai ter uma consultoria para trabalhar um pouco isso e vai terminar com uma exposição. Também fizemos agora nessa gestão, um catálogo da economia solidária que tem 50 empreendimentos envolvidos dentro do nosso projeto e das nossas atividades, e que recentemente fizemos vários cursos com eles. (Gestor A, 12.11.2019).

A transição da gestão se refere ao término do governo de Elias Gomes e o início da administração do prefeito eleito Anderson Ferreira. Nesse contexto, cabe mencionar que esse momento é propício ao *feedback* de políticas ou programas já existentes, como visto em Kingdon (2006). Em decorrência disso, a respondente menciona que a atual gestão municipal firmou outros convênios para a continuidade da política.

Para além desse fator, existem outras evidências que reforçam essa continuidade da política pública. O primeiro diz respeito ao fato de que essa política pública municipal constar na agenda governamental da atual administração do município, pois no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 há o Programa Jaboatão Solidário e Cooperado (Lei nº 1381, 2018), como indica a Tabela 7.

Tabela 7. Economia Solidária e PPA 2018-2021.

Programa: Jaboatão Solidário e Cooperado	Valor do PPA: R\$ 3.683.980,00
Objetivo: Desenvolver, fomentar e estimular ações e atividades que garantam a inclusão produtiva da população, de forma empreendedora, associativa, cooperada e solidária.	
Atividade: Organizar os empreendimentos econômicos solidários e cooperados do município.	
Ações: <ol style="list-style-type: none"> 1. implantar e implementar três centros de comercialização de economia solidária; 2. realizar ações efetivas que organizem e desenvolvam os empreendimentos econômicos solidários e cooperados do município; 3. manter a estrutura do Centro de Orientação Permanente à Economia Solidária. 	

Fonte: Adaptado da Lei nº 1.381, de 13 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, Revisão 2019, e dá outras providências. Recuperado de <https://diariooficial.jaboatao.pe.gov.br/13-de-dezembro-de-2018-xxviii-no-213-jaboatao-dos-guararapes/>.

A outra evidência está relacionada aos convênios, já que consoante os dados coletados na Plataforma Mais Brasil, o convênio de 2013 perdurou até 17.06.2018, ou seja, foi finalizado no período de mandato da atual gestão. Além disso, a municipalidade assinou outro convênio com vigência até 29.12.2019. Esse último convênio contempla o projeto Jaboatão Gerando Renda Solidária tem a finalidade de implementar ações práticas e técnicas de aprimoramento aos empreendimentos solidários, por meio de várias ações, as quais são: capacitação dos

empreendedores solidários, promoção de seminários temáticos, entre outras iniciativas (Projeto Jaboatão Solidário, 2013; Projeto Gerando Renda Solidária, 2017).

Por fim, a Tabela 8 mostra outros detalhes deste projeto.

Tabela 8. Projeto Jaboatão Gerando Renda Solidária.

Projeto	Valor dos Recursos	Finalidade: Implementação de ações práticas e técnicas de aprimoramento dos EES.
Jaboatão Gerando Renda Solidária (2017)	R\$ 1.530.000,00	Objetivos Específicos: 1. capacitar empreendedores econômicos solidários mediante a realização de cursos práticos de aperfeiçoamento; 2. promover seminários temáticos visando consolidar a importância da Economia Solidária no município do Jaboatão dos Guararapes; 3. promover espaços de comercialização dos produtos e serviços dos Empreendimentos Econômicos Solidários atendidos pelo projeto; etc.

Fonte: Adaptado do Projeto Gerando Renda Solidária. (2017). Projeto Básico. Recuperado em <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>.

Dos dados dispostos nas Tabelas 7 e 8, é possível identificar recursos para a manutenção do COPEs o que confere institucionalidade à política pública, e que as capacitações e a inauguração do espaço destinado à comercialização dos produtos confeccionados pelos trabalhadores, como indica a figura 3 foram ações previstas tanto no convênio como também no PPA mais recente.

O que se destaca na discussão sobre a dimensão material dessa política pública é que a elaboração dos programas e das ações, bem como a implementação dessas ocorreu mediante a utilização de convênios com a União, um instrumento já previsto na própria Lei n. 711/2011. Por fim, outro fator que emerge é a alternância de grupos políticos na gestão do município e consequentemente, o *feedback* de políticas ou programas já existentes os quais garantiram a continuidade dessa política.

5. Conclusões

Em âmbito federal, o estudo revelou que a formação de uma agenda governamental para essa política ocorreu mediante uma promessa de campanha eleitoral de uma candidatura de esquerda. Com essa agenda formal da política pública, foi possível estabelecer a dimensão institucional, a processual e principalmente, a material em nível federal e por efeito, na sua institucionalização ao longo de sucessivos governos. Sendo assim, isso é um fator a ser considerado na formação de uma política pública local de economia solidária.

Em relação ao nível local, evidenciou-se que em Jaboatão dos Guararapes a política pública de economia solidária não surgiu de uma promessa de campanha ou mesmo de uma orientação ideológica advinda de partidos políticos, pois partiu da Câmara Municipal e posteriormente, teve a anuência do Executivo local. Esse aspecto permite estabelecer um contraste em relação ao processo de formação da política pública ocorrido na esfera federal. Além disso, essa municipalidade construiu a sua política pública a partir das dimensões institucional e material já existentes no ente federal, porque nesse a política já existia desde 2003 e na municipalidade a política pública passou a existir a partir de 2011.

É nesse contexto que a política pública no município analisado surge e teve como elemento fundante a Lei nº 711/2011. É com esse instrumento legal que o município estabelece princípios, diretrizes, possibilidades de envolvimento de diversos atores a exemplo do governo federal, elementos institucionais, burocráticos e materiais que permitiram a gestão dessa política pública. Entre esses, é importante destacar os diversos convênios estabelecidos entre o ente federal e o município os quais permitiram criar programas e ações que foram implementadas. Portanto, o ciclo dessa política pública no município foi delineado a partir de uma agenda governamental e contemplou também a transição de grupos políticos.

Para pesquisas futuras, sugere-se realizar estudos comparativos com outras municipalidades no âmbito das capacidades estatais, análises de maior profundidade quanto à dimensão processual da política pública estudada, isto é, o envolvimento dos movimentos sociais locais e dos fluxos políticos desencadeados na Câmara municipal e principalmente, fazer estudos avaliativos sobre os programas e ações desenvolvidas pela gestão municipal.

Referências

AGÊNCIA SENADO. (2019, dezembro, 11). Política Nacional de Economia Solidária é aprovada no Senado. Recuperado em 27 outubro, 2019, de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materiais/2019/12/11/politica-nacional-de-economia-solidaria-e-aprovada-no-senado>.

AGUM, R.; RISCADO, P.; & MENEZES, M. (2015). Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Revista Agenda Política*, 3, (2), 12-42.

ALCÂNTARA, F. H. C. (2014). Políticas Públicas Municipais e Economia Solidária. *Interações*, 15 (1), 135-145.

ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LÖBLER, M. L.; & PEREIRA, B. A. D. (2016). A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. *Cadernos EBAPE*, 14 (2), 243-257.

ANZE, V. R.; PASSARELA, G.; SILVA, D. de A. C.; & LOBO, V. (2018). Desafios para implementação e o acompanhamento das políticas de fomento à economia solidária. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, 64, 141-151.

CASSANDRE, M. P.; SENGGER, C. M.; AMARAL, W. R.; & NETA, E. V. F. (2013). Políticas

públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre Oportunidade e Oportunismo. *Gestão e Sociedade*, 7 (17), 167-185.

CONVÊNIO MTE/SENAES nº 032/2013 - SICONV nº 784770/2013, de 17 de dezembro de 2013. Convênio que entre si celebram o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes/PE objetivando implantar ações efetivas para acompanhar, formalizar e organizar os empreendimentos econômicos solidários do município do Jaboatão dos Guararapes [...]. Recuperado de <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>

CONVÊNIO MTE/SENAES nº 08/2012 - SICONV nº 770657/2012, de 05 de Julho de 2012. Convênio que entre si celebram o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes/PE objetivando implantar o Centro de Orientação Permanente à Economia Solidária - COPES. Recuperado de <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>

CONVÊNIO MTPS/SENAES nº 00005/2015 - SICONV nº 823804/2015, de 30 de dezembro de 2015. Convênio que entre si celebram o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes/PE objetivando implantar ações formativas com prática e aperfeiçoamento técnico que possibilitem organizar a produção dos empreendimentos do município do Jaboatão dos Guararapes [...]. Recuperado de <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>

CRESWELL, J. W. (2010). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Economia Solidária: as lições de Catende e Jaboatão dos Guararapes. Recuperado em 22 setembro, 2019, de <https://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/economia-solidaria-as-licoes-de-catende-e-jaboatao/>.

DIAS, G. C. (2016). *Outra Economia Acontece: as políticas públicas de economia solidária em Pernambuco* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Recife, PE, Brasil. Recuperado de <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/5037>.

DIAS, R.; & MATOS, F. (2012). *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.

DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO: frente Jaboatão avança mais, de agosto de 2016. Recuperado em 01 dezembro, 2019, de https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/PE/24570/2/170000003931/proposta_governo_1470844702533.pdf.

ECOSOLJABOATAO. (2014). Reunião conjunta Fórum/Conselho de Economia Solidária. Recuperado em 03 abril, 2019, de https://ecosoljaboatao.wordpress.com/2014/11/18/reuniao-conjunta_forumconselho-de-economia-solidaria/.

ECOSOLJABOATAO. (2015). Reunião de Planejamento do Fórum de Economia Solidária de Jaboatão - Prioridades para 2012. Recuperado em 03 abril, 2019, de <https://ecosoljaboatao.wordpress.com/page/2/>.

FONTE, R. da. (2019, novembro 12). Entrevista concedida aos autores do artigo em 12 de novembro de 2019.

FONTE, R. da. (2019, novembro 21). Secretaria Executiva de Trabalho - Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes [Gmail]. Recuperado de email encaminhado aos autores do artigo.

FRANÇA-FILHO, G. C. (2007). Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 7 (1), 155-174.

FREY, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21, 212-259.

GODOI, C. K.; & BALSINI, C. P. V. (2004, junho). A Metodologia Qualitativa nos Estudos Organizacionais: uma análise da produção científica brasileira entre 1997 a 2003. Anais do Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, Atibaia, São Paulo, Brasil, 3. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2004-466.pdf>.

GONÇALVES, A.T.P. (2016). Análise de Conteúdo, Análise do Discurso e Análise de Conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas. *Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP)*, 14, (2), 275-300.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. (2012). O Conselho Nacional de Economia Solidária na Visão de seus Conselheiros. *Relatório de Pesquisa: Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros*. Recuperado em 14 setembro, 2019 de http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/120719_relatorio_economia_solidaria.pdf.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. (2017). Plenárias marcam o início do processo de renovação da coordenação do Fórum de Economia Solidária do Jaboatão. Recuperado em 08 janeiro, 2019, de <https://jaboatao.pe.gov.br/plenarias-marcam-inicio-do-processo-de->

renovacao-da-coordenacao-do-forum-de-economia-solidaria-do-jaboatao/.

KINGDON, J. W. (1995). Como chega a hora de uma ideia? In E. SARAVIA,; & E. FERRAREZI (2006) (Orgs.), *Políticas Públicas: Coletânea* (Vol. 1, Cap. 3, pp. 219 - 224). Brasília: Enap. Recuperado em 3 abril, 2019, de https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/kingdon_1995_agenda-formation.pdf.

KINGDON, J. W. (1995). Juntando as coisas. In E. SARAVIA,; & E. FERRAREZI (2006) (Orgs.), *Políticas Públicas: Coletânea* (Vol. 1, Cap. 3, pp. 225 - 246). Brasília: Enap. Recuperado em 3 abril, 2019, de https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/kingdon_1995_agenda-formation.pdf.

LEI MUNICIPAL nº 1.381/2018, de 13 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, Revisão 2019, e dá outras providências. Recuperado em 30 de maio, 2019, de <https://diariooficial.jaboatao.pe.gov.br/13-de-dezembro-de-2018-xxviii-no-213-jaboatao-dos-guararapes/>.

LEI MUNICIPAL nº 711, de 16 de dezembro de 2011. Institui a política de fomento à economia popular e solidária, cria o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária - CMEPS, no Município do Jaboatão dos Guararapes e dá outras providências. Recuperado em 17 abril, 2019, de <http://legis.jaboatao.pe.gov.br/lei/2011/00711/?keyword=economia%20solidaria>.

MASCARENHAS, L. B. (2012). Economia Popular Solidária. In C. L. F. de CASTRO.; C. R. B. GONTIJO.; & A. E. de N. AMABILE (Orgs.), *Dicionário de Políticas Públicas*. (pp. 142 - 147). Barbacena: EduUEMG.

MINAYO, M. C. de S. (2009). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In S. F. DESLANDES.; R. GOMES.; & M. C. de S. MINAYO. (Orgs.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (28ª ed., Cap. 3, pp. 61 - 77). Rio de Janeiro: Vozes.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (2016). Secretaria de Trabalho. *Programas e Ações*. Recuperado em 09 março, 2019, de <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoas>.

PINHO, L. (2019, julho, 30). Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização, *Le monde diplomatique Brasil*. Recuperado em 27 agosto, 2019, de <https://diplomatique.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES. Controladoria Geral do Município. Recuperado em 17 abril, 2019, de <https://portaldatransparencia.jaboatao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/competencias-das-secretarias.pdf>.

PORTAL UOL. (2012). Eleições 2012. Recuperado em 17 abril, 2019, de <https://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/vereador/pe/06111955-pastor-edmilson.htm?placar-id=2607901>.

PRAXEDES, S. F. (2009). Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias, *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, 39, 57-62.

PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES. (2020). Jaboatão entrega lojas colaborativas a empreendedores da economia solidária. Recuperado de <https://jaboatao.pe.gov.br/jaboatao-entrega-lojas-colaborativas-a-empreendedores-da-economia-solidaria/>.

PRIMEIRO PROGRAMA DE GOVERNO: Coligação Muda Jaboatão, de julho de 2016. Recuperado em 01 dezembro, 2019, de https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/PE/24570/2/170000004304/proposta_governo_1470848852264.pdf.

PROGRAMA DE GOVERNO: Consolidando a mudança em Jaboatão dos Guararapes - O resgate da Cidadania, de 30 de junho de 2012. Recuperado em 01 dezembro, 2019, de <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2012/1699/PE/24570/11/170000005785/proposta.pdf>.

PROGRAMA DE GOVERNO 2002. Recuperado em 3 abril, 2019, de <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>.

PROJETO COPES. (2012). *Projeto Básico*. Recuperado em 8 janeiro, 2019, de <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 137, de 8 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Recuperado em 27 outubro, 2019, de <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materiais/-/materia/131528>.

PROJETO GERANDO RENDA SOLIDÁRIA. (2017). *Projeto Básico*. Recuperado em 08 janeiro, 2019, de <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>.

PROJETO GERANDO RENDA SOLIDÁRIA. (2017). *Projeto Básico*. Recuperado em 08 janeiro, 2019, de <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>.

PROJETO JABOATÃO SOLIDÁRIO. (2013). *Projeto Básico*. Recuperado em 8 janeiro, 2019, de <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>.

PROJETO JABOATÃO SOLIDÁRIO. (2015). *Projeto Básico (Prática e Aperfeiçoamento em Economia Solidária)*. Recuperado em 8 janeiro, 2019, de <https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/proposta/ConsultarProposta/ConsultarProposta.do>.

ROSSI, G. B.; SERRALVO, F. A.; & JOÃO, B. N. (2014). Análise de Conteúdo. *Revista Brasileira de Marketing (REmark)*, 13, (4), 39 - 48.

RUA, M. G. (2009). *Políticas Públicas*. Florianópolis: UFSC/CAPES/UAB.

SCHIAVINI, J. M.; & GARRIDO, I. (2018). Análise de Conteúdo, Discurso ou Conversa? Similaridades e Diferenças entre os métodos de análise qualitativa. *Revista ADM.MADE*, 22, (2), 1 - 12.

SECCHI, L. (2016). *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.

SECRETARIA EXECUTIVA DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO. Institucional. Recuperado em 17 abril, 2019, de <https://trabalho.jaboatao.pe.gov.br/institucional/>.

SILVA, J. F.; & ZANINI, M. C. C. (2014). A Economia Popular Solidária em Santa Maria – RS e Suas Interfaces. *Gestão e Sociedade*, 8 (21), 767-781.

SILVA, S. P. (2018). Crise de Paradigma"? A Política Nacional de Economia Solidária no PPA 2016-2019". *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, 64, 163-172.

SINGER, P. (2009). Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, 39, 43 - 48.